

CENTRAL EÓLICA AVENTURA III S.A.									
CNPJ nº 29.302.365/0001-52									
Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022									
Balancos patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)									
Notas				31/12/2022					
31/12/2021				31/12/2021					
ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Circulante				Passivo					
Caixa e equivalente de caixa				712.2185.016					
Concessionárias				83.3223.747					
Impostos a compensar				92.9282.069					
Materiais para uso e consumo				122.2961.298					
Adiantamento a fornecedores				13151192					
Despesas antecipadas				143141					
				20.94712.362					
Não circulante				Não circulante					
Partes relacionadas				1065137					
Cauções e depósitos vinculados				112.1521.519					
Imobilizado				15112.290116.311					
				114.507117.968					
Total do ativo				135.454130.330					
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.									
Notas explicativas das demonstrações financeiras									
1. CONTEXTO OPERACIONAL									
A Central Eólica Aventura III S.A. ("Companhia" ou "Aventura III"), Sociedade Anônima de capital fechado, constituída em dezembro de 2017, tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, a exploração do potencial da Central Eólica Aventura III e a comercialização da energia a ser gerada por esse empreendimento, bem como a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades. A Companhia tem sede e foro na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3729, 9º andar, Sala 11, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, 1.1 Autorização do Parque Eólico Aventura III: Em 11 de junho de 2018 o Parque Eólico foi autorizado pela ANEEL a explorar a atividade de geração de energia na modalidade de produtor independente por 35 anos, com término da autorização em 10 de junho de 2053. Em 20 de dezembro de 2017, a Companhia vendeu 12,8 MW médio de energia no Leilão de Energia 05/2017, por meio do projeto de geração eólica: Aventura III, localizado no estado do Rio Grande do Norte, região nordeste do Brasil. O contrato de venda da energia no Ambiente de Contratação Regulado - ACR se deu pelo prazo de 20 anos, ao preço de R\$108,25/MWh. Conforme despacho ANEEL nº 2.085, o Parque Eólico Aventura III iniciou sua operação comercial em 08 de julho de 2021.									
Usinas Eólicas									
Modalidade Produtor Independente									
Outorga Autorização									
Estado RN									
Capacidade instalada (MW) 25,20									
Energia assegurada (mm) 14,30									
Ano do início da operação 2018									
Autorização / Registro Início 11/06/2018									
Término 10/06/2053									
2. BASE DE PREPARAÇÃO									
2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, com base nos planos da administração, entende que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem exatamente utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 28 de fevereiro de 2023.									
3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO									
A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de Reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.									
3.1 Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota explicativa nº 24, de Instrumentos Financeiros. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.									
4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS									
Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de eventualmente causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios sociais, estão contempladas nas seguintes notas explicativas: • Imobilizado: determinação do valor recuperável do imobilizado, com base nos estudos de viabilidade do projeto. (Nota explicativa nº 15). • Provisões desmantelamento: reconhecimento mensurável das provisões; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 20). • Receita operacional líquida. (Ajuste de receita) premissas para determinação do valor da receita conforme sua geração, com dados da geração efetiva (nota explicativa nº 20). • Provisão para riscos trabalhistas, tributários e civis: reconhecimento mensurável das provisões e principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 28).									
5. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS									
As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia para os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. a) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado. São demonstrados pelo custo amortizado que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço. b) Concessionárias: Representadas, basicamente, por contratos bilaterais de venda de energia futuras e não futuras. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. c) Imobilizado: O parque eólico conta, principalmente, com terrenos e edificações e máquinas e equipamentos compreendem, principalmente, o parque eólico. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também poderá incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável (impairment). As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e na instalação do empreendimento, são reconhecidas como custo dos parques eólicos e depreciadas pelo período de operação dos devidos parques, limitados ao prazo de autorizações e registros. Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos pelo valor líquido, outros receitas/despesas operacionais. d) Redução ao valor recuperável - Ativos financeiros: São avaliados ao final de cada exercício quanto à sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenham resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Ativo não financeiro: A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e intangível, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os valores recuperáveis foram determinados com base no valor em uso. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, engratadas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. No caso da Companhia, existe uma única UGC. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. e) Demais ativos circulantes e não circulantes: São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. f) Fornecedores: Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais e serviços e de encargos de uso da rede elétrica. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência. g) Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. h) Provisões - Contingências: São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são baseadas nas melhores estimativas do risco envolvido, amparada por seus assessores legais externos. Desmantelamento: São constituídas quando existe uma obrigação legal de reposição ambiental ou contratual no final da vida útil dos ativos. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica de base eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos. Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultado. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 13,55% (11,40% em 31 de dezembro de 2021) para as provisões de desmobilização. i) Demais passivos circulantes e não circulantes: São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, e variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. j) Operações de arrendamento: No começo de um contrato deve-se determinar se ele é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato dependa do uso daquele ativo. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito ao arrendatário de controlar o uso do ativo subjacente. Os arrendamentos, nos quais os riscos e benefícios permanecem substancialmente com o arrendador, são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos e/ou recebimentos relacionados aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesas e/ou receitas na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. Os arrendamentos, nos quais se contemplem não só o direito de uso de ativos, mas também a transferência substancial dos riscos e benefícios para o arrendatário, são classificados como arrendamentos financeiros. Para os arrendamentos financeiros em que a Companhia atua como arrendatária, os bens são capitalizados no ativo imobilizado no início do arrendamento, e, por contrapartida a um passivo mensurado pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. O imobilizado é depreciado de acordo com a política aplicável para o ativo. Em ambos os casos, as receitas/despesas financeiras são reconhecidas no resultado do exercício durante o período do arrendamento, de modo que seja obtida uma taxa constante sobre o saldo do investimento e/ou passivo existente. A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos do Parque Eólico, por apresentar valor relevante e por ser de longo prazo. Pelo fato de a despesa apresentarem remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada, a IFRS 16 não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por Número Descrição Correção IASB Natureza Data Publicação (Brasil) Obrigatoriedade de adoção Impactos Contábeis Método de Adoção CPC 06 (R2) - Arrendamento IFRS 16 Pronunciamento 21/12/2017 01/01/2019 Sem impactos relevantes Sem impactos relevantes da adoção para os exercícios ICP 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro IFRIC 23 Interpretação 21/12/2018 01/01/2019 Sem impactos relevantes Sem impactos relevantes da adoção para os exercícios Central Eólica Babilônia I.S.A. Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 13 consequência, o direito de exploração relacionados a esses contratos. Para os demais contratos, por serem considerados ativos de baixo valor, a adoção da IFRS 16 não causou impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. k) Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%. As despesas com imposto de renda e contribuição social correntes são reconhecidas no resultado a menos que estejam relacionadas a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio Líquido ou em Outros resultados abrangentes. Os juros e multas relacionados aos impostos de renda e a contribuição social, incluindo tratamento fiscalis incertos, são contabilizados de acordo com o CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o Lucro e o ICP 22 / IFRIC 23 / IFRIC 22 / IFRIC 23 - Incerteza sobre tratamento de tributo sobre o lucro: Em dezembro de 2018 foi emitido o ICP 22, em correlação à norma IFRIC 23, que procura esclarecer como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o lucro quando há incerteza sobre posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades. A interpretação determina que é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade: (i) se sim, a mesma deve reconhecer o valor nas demonstrações financeiras, conforme apuração fiscal, e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; (ii) se não, a entidade deve reconhecer um valor diferente em suas demonstrações financeiras em relação à apuração fiscal de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido. Para as posições fiscais sobre as quais há incerteza no seu tratamento, a Administração da Companhia conclui que seja provável que a mesma seja contemplada na jurisprudência tributária sendo que, por									
essa razão, a Administração da Companhia entende que esta interpretação não gerou efeitos relevantes nas demonstrações financeiras. l) Capital social: Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidos como dedução ao Patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários. As ações têm direito a dividendos e ao suprimento de energia. Os pagamentos de ativos financeiros são reconhecidos na data de aquisição. Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio e integro do montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95 e regulamentação posterior. m) Apuração do resultado: O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. n) Receita operacional líquida: A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que consista em cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. O faturamento de suprimento de energia é efetuado mensalmente, com base nos contratos bilaterais. Eventuais diferenças provenientes da energia faturada em relação à energia despendida são reconhecidas como provisão e liquidadas subsequentemente no exercício seguinte. o) Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e atualização de tributos a compensar. As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos e ajuste a valor presente. p) Ativos e passivos financeiros - Classificação, reconhecimento e mensuração: A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros na categoria de custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido e recebidos ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos ao custo amortizado são ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em registros pelo valor justo no seu reconhecimento inicial, e são remensurados considerando as amortizações de principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva. Uma tabela dos ativos e passivos financeiros pode ser encontrada na nota explicativa 24. Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.									
6. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS									
As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes - Alterações à IAS 1: As alterações de escopo restrito à IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras esclarecem que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período de relatório. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório. As alterações também esclarecem o que a IAS 1 significa quando se refere à "liquidação" de um passivo. As alterações podem afetar a classificação de passivos, particularmente para entidades que anteriormente consideravam as intenções da administração para determinar a classificação e para alguns passivos que podem ser convertidos em patrimônio. Devem ser aplicados retrospectivamente de acordo com os requisitos normais da IAS 8 Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros. As alterações do IAS 1 têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "as áreas" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações materiais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Material Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: A alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: A alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso também se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo. A Administração da Companhia está avaliando os potenciais impactos da adoção desses novos pronunciamentos.									
7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA									
Bancos conta movimento 10.2191.512									
Aplicações financeiras - renda fixa 2.0003.504									
Total 12.2185.016									
As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Essas aplicações financeiras reterem-se substancialmente a Certificado de Depósito Bancário - CDB, com vencimento a taxa de 102,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (78,97% do CDI em 2021). Os ganhos ou perdas decorrentes de variações desses ativos são apresentados na demonstração do resultado em Resultado financeiro no exercício em que ocorrem (Nota explicativa nº 22).									
8. CONCESSIONÁRIAS									
Em 31 de dezembro o saldo era composto pelos seguintes valores:									
Mercado regulado 2.9402.137									
Mercado livre 3953.322									
Total 3.3223.747									
Em 31 de dezembro de 2022 o saldo era composto pelos seguintes valores: R\$ 2.940 (89%) para o mercado regulado, que se refere à venda de energia no ambiente da CCEE Câmara de Comercialização de Energia, através dos contratos bilaterais de suprimento de energia feitos para grandes players do mercado; e R\$ 382 (11%) para Câmara de Comercialização de Energia - CCEE na negociação da constituição de provisão para créditos de liquidação futura, por não haver perdas históricas, no exercício em curso e em exercícios anteriores, bem como por não haver expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis em 31 de dezembro de 2022. Composição por vencimento do contas a receber em 31 de dezembro:									
A vencer 31/12/2022 31/12/2021									
Até 60 dias 2.9402.137									
Mais de 60 dias 3821.610									
Total 3.3223.747									
Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de R\$ 382 a vencer há mais de 60 dias refere-se substancialmente à venda da geração de energia da fase de teste da usina, junto à Câmara de Comercialização de Energia - CCEE.									
9. IMPOSTOS A COMPENSAR E A PAGAR									
Ativos compensáveis 31/12/2022 31/12/2021									
ICMS 2.7752.042									
IRRF sobre aplicações financeiras 4526									
Imposto de renda e contribuição social 27-									
ISS 81-									
Total 2.9282.069									
Passivo a recolher 31/12/2022 31/12/2021									
ICMS 1.070-									
Imposto de renda e CSLL 455357									
PIS e COFINS 10575									
PIS, COFINS e CSLL, serviços prestados por terceiros 161									
IRRF sobre aplicações financeiras 411									
ISS 21									
Outros 21									
Total 1.653447									
10. TRANSACÇÃO COM PARTES RELACIONADAS									
Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício estão apresentadas nas notas explicativas.									
Objeto do contrato Contraparte 31/12/2022 31/12/2021									
Ativo									
Partes relacionadas									
Compartilhamento de custos Aventura III, IV, V 303									
Venda de energia CE Monte Verde VI 34-									
Liquidação de operação de Hedge EDP Renováveis Brasil 1134									
Total 65137									
Passivo									
Fornecedores									
Compartilhamento de custos (a) EDP Renováveis Brasil 1115.779									
Operação remota EDP Comercializadora de Energia - 4									
Compartilhamento de custos Aventura II, III 106282									
Total 2175.865									
Dividendos e redução de capital									
Dividendos a pagar Aventura Holding 4.5304.093									
Redução de capital (b) Aventura Holding - 19.124									
Total 4.53023.217									
A redução do saldo entre partes relacionadas se deu substancialmente pelo pagamento durante o ano de 2022 da redução de capital R\$19.124 e o pagamento de custos compartilhados de R\$5.779.									
Objeto do contrato Contraparte 31/12/2022 31/12/2021									
Resultado									
Receita operacional									
Energia comercializada no mercado livre EDP Comercializadora de Energia 38.001699									
Energia comercializada no mercado livre Central Eólica Monte Verde VI 547-									
Total 38.548699									
Custo do serviço									
Compartilhamento de custos EDP Renováveis Brasil 483346									
Outras despesas EDP Renováveis Brasil 21207									
Compra de energia Central Eólica Baixa do Feijão II - 97									
Compra de energia EDP Comercializadora de Energia 504887									
Total 38.044887									
a) Compartilhamento de atividades e alocação de gastos: A EDP Renováveis Brasil, controladora da Companhia, é responsável pelos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos que contemplam as atividades das áreas corporativas, descritas no contrato de gestão de serviço, op-									
Demonstração de resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022									
(Em milhares de Reais)									
Nota				31/12/2022					
31/12/2021				31/12/2021					
Receita operacional líquida				2036.83627.968					
Custo do serviço de energia elétrica				21-					
Encargos de uso da rede elétrica (2.094) (1.540)									
Energia elétrica comprada para revenda (597) (1.171)									
				(2.691) (2.711)					
Custo de operação				(3.837) (1.927)					
Depreciações (2.614) (1.575)									
Materiais e serviços de terceiros (845) (753)									
Outros custos de operação (7.296) (4.255)									
				(9.987) (6.966)					
Lucro bruto				26.84921.002					
Despesas e Receitas									
Despesas gerais e administrativas (412) (181)									
				(412) (181)					
Resultado antes do resultado financeiro, participação societária e tributos				26.43720.821					
Resultado das participações societárias				-					
Resultado financeiro				22477295					
Receitas financeiras (6.528) (2.653)									
Despesas financeiras (6.051) (2.359)									
Resultado antes dos tributos sobre o lucro				20.38618.463					
Tributos sobre o lucro				23-					
Correntes (1.315) (982)									
				(1.315) (982)					
Resultado líquido do exercício				19.07217.480					
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.									
Demonstração do resultado abrangente									
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)									
31/12/2022				31/12/2021					
Resultado líquido do exercício				19.07217.480					
Resultado abrangente do exercício				19.07217.480					
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.									
Demonstração da mutação do patrimônio líquido									
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)									
Capital social				Reservas legais				Reservas (prejuízos)	
Total				Total				Total	
Saldos em 01 de janeiro de 2021 78.746-				Saldos em 01 de janeiro de 2021 78.746-				Saldos em 01 de janeiro de 2021 78.746-	
Redução de capital (58.124)-				Redução de capital (58.124)-				Redução de capital (58.124)-	
Lucro líquido do exercício -				Lucro líquido do exercício -				Lucro líquido do exercício -	
Constituição de reserva legal -				Constituição de reserva legal -				Constituição de reserva legal -	
Dividendo obrigatório -				Dividendo obrigatório -				Dividendo obrigatório -	
Reserva de retenção de lucros -				Reserva de retenção de lucros -				Reserva de retenção de lucros -	
Saldo em 31 de dezembro de 2021 20.622-				Saldo em 31 de dezembro de 2021 20.622-				Saldo em 31 de dezembro de 2021 20.622-	
Lucro líquido do exercício -				Lucro líquido do exercício -				Lucro líquido do exercício -	
Constituição de reserva legal -				Constituição de reserva legal -				Constituição de reserva legal -	
Dividendo mínimo obrigatório -				Dividendo mínimo obrigatório -				Dividendo mínimo obrigatório -	
Reserva de retenção de lucros -				Reserva de retenção de lucros -				Reserva de retenção de lucros -	
Saldo em 31 de dezembro de 2022 20.622-				Saldo em 31 de dezembro de 2022 20.622-				Saldo em 31 de dezembro de 2022 20.622-	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.									
Demonstração do Fluxo de Caixa									
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)									
31/12/2022				31/12/2021					
Fluxo de caixa das atividades operacionais									
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social 20.38618.463									
Depreciações 3.8371.927									
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos 5.9082.438									
Juros de provisões para desmantelamento 6869									
Total 30.19922.897									
Variações em:									
Concessionárias 425 (3.747)									
Impostos a compensar (859) 356									
Despesas pagas antecipadamente 10 (41)									
Adiantamento a fornecedores 41 (95)									
Material de consumo (998) (1.298)									
Outros créditos 404									
Fornecedores (6.711) 6.355									
Impostos a pagar 1.113 (218)									
Partes relacionadas 721									
Outras contas a pagar - (1)									
Caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais 23.29124.612									
Juros pagos (7.690) (2.567)									
Imposto de renda e contribuição social pagos (1.221) (625)									
Fluxo de caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais 14.38021.420									
Fluxo de caixa das atividades de investimento									
Adições de depósitos vinculados (633) (877)									
Adições ao imobilizado - (12.172)									
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos (633) (13.049)									
Fluxo de caixa das atividades de financiamento									
Aumento (diminuição) de capital (19.124) (39.000)									
Dividendos pagos 4.093 (404)									
Captação de empréstimos e financiamentos 19.393 35.331									
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos (2.721) -									
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento (6.545) (3.669)									
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa 7.2024.702									
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício 12.2185.016									
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 5.016314									
Total 7.2024.702									
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.									
ração e manutenção. Sobre esse saldo não incide juros remuneratórios. b) Redução de capital: Em 08 de setembro de 2021, a Companhia realizou redução de capital no valor de R\$ 58.124, por jugão leonessivo para o exercício de suas atividades. Conforme cláusula 5.4 do registro, a Companhia estipulou o prazo de até 31 de março de 2022 para a devolução do montante para a sua controladora, Aventura Holding. Até 31 de dezembro de 2021 a companhia pagou a sua controladora R\$39.000 da redução de capital. 10.1 Relacionamento da Companhia com cada contraparte: A controladora direta da Companhia é a Aventura Holding S.A., conforme demonstrado em nota explicativa nº 19. A controladora indireta é a EDP Renováveis Brasil S.A. e a controladora final é a EDP - Energias de Portugal S.A. 10.2 Remuneração dos administradores: A Companhia optou por não realizar pagamentos de remuneração do pessoal-chave da Administração através da Central Eólica Aventura III S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. A remuneração da Administração da Companhia é paga integralmente pela Controladora EDP Renováveis Brasil S.A. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento de benefícios pós-emprego, bem como não ofereceu outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não ofereceu outros benefícios no									

...continuação

17.2 Mutação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Circulante

Principal

Juros

Total

3.498

1.553

5.051

Não circulante

Principal

Juros

Total

56.177

(409)

55.768

19.393

-

-

Saldo em 31/12/2021

3.498

1.553

5.051

56.177

(409)

55.768

Ingresso

-

-

-

19.393

-

-

Pagamento principal

(2.903)

-

(2.903)

-

-

-

Pagamento de juros

-

(7.533)

(7.533)

-

-

-

Juros provisionados

-

5.885

5.885

-

-

-

Transferências

2.172

-

2.172

(2.172)

-

(2.172)

Amortização

-

-

-

-

46

46

Saldo em 31/12/2022

2.949

(275)

2.674

73.398

(363)

73.035

17.3 Vencimentos dos empréstimos a longo prazo:

Descrição

Em 2 anos

Em 3 anos

Em 4 anos

Em 5 anos

Mais de 6 anos

Valor

3.036

3.316

3.522

3.720

59.802

73.396

-

-

-

-

17.4 Garantias contratuais:

Em virtude do referido empréstimo, a Companhia cedeu os seguintes itens como garantias: ações da Companhia, receita proveniente da venda de energia elétrica no ambiente regulado e os seus ativos de geração (máquinas e equipamentos).

17.5 Obrigações contratuais:

Adicionalmente, a Companhia ainda possui determinadas obrigações contratuais (covenants), em virtude do empréstimo contratado junto ao BNB, as quais serão exigidas somente após o início das operações, abaixo detalhamos essas obrigações:

• Apresentar fiança bancária referente a 100% do saldo devido;

• Apresentar em conta caução e depósitos vinculados um saldo disponível na conta de reserva de serviço de dívida no 2,51% do valor desembolsado. A Administração da Companhia monitora essas obrigações contratuais de forma sistemática e constante, assegurando-se assim que essas obrigações sejam atendidas.

18. PROVISÃO PARA DESMANTELAMENTO

Desmantelamento

31/12/2022

486

31/12/2021

603

Total

31/12/2022

486

31/12/2021

603

A movimentação do dismantelamento no exercício é a seguinte:

Provisão

603

(185)

486

Saldo em 31/12/2021

603

(185)

486

Saldo em 31/12/2022

486

-

486

Provisões para dismantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos. Estas provisões são constituídas devido à existência de um contrato de arrendamento no qual está determinado que a Companhia deverá devolver o terreno nas mesmas condições em que o encontrou no momento inicial do arrendamento. A provisão para dismantelamento do Parque Eólico de Aventura III está registrada em contrapartida ao Imobilizado (nota explicativa nº 15). O prazo previsto para realização desta provisão é o término do contrato de arrendamento do Parque Eólico. O cálculo do valor da provisão para dismantelamento dos parques eólicos foi efetuado com base na estimativa desses custos por entidades externas idôneas, experientes nesse tipo de atividade, projetado até ao fim da vida útil do parque eólico com atualização pelo IGP-M, e, posteriormente, calculado o valor presente dessa obrigação à taxa de desconto de 11,23% a.a.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1 Capital social:

O Capital social em 31 de dezembro de 2022 totalmente integralizado é de R\$20.622 (2021 R\$ 20.622). O capital social é composto de 137.807.788 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

Acionistas

Aventura Holding S.A.

31/12/2022

137.807.788

100%

31/12/2021

137.807.788

100%

Total

31/12/2022

137.807.788

100%

31/12/2021

137.807.788

100%

19.2 Destinação do lucro:

Conforme definido no artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito de receber dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido, depois de deduzida a parcela de constituição da reserva legal, na forma da Lei nº 6.404/76, artigo 202. No entanto, a Companhia deverá observar o disposto no parágrafo primeiro do artigo 21 do Estatuto Social, devido ao contrato de financiamento junto ao BNB, o qual prevê que a Companhia poderá deixar de distribuir dividendos, juros sobre o capital próprio, ou qualquer título, pagamento ou remessas de recursos a seus controladores ou acionistas, em função de obrigações financeiras assumidas para consecução de seu objeto social.

Lucro líquido apurado no exercício

31/12/2022

19.072

31/12/2021

17.480

Compensação prejuízo ano anterior

31/12/2022

-(246)

31/12/2021

-(861)

Constituição de reserva legal (5%) (a)

31/12/2022

-(954)

31/12/2021

-(861)

Lucro do exercício ajustado

31/12/2022

18.118

31/12/2021

16.373

Destinação do lucro ajustado

31/12/2022

18.118

31/12/2021

16.373

Dividendo mínimo obrigatório (25%)

31/12/2022

4.530

31/12/2021

4.093

Reserva de retenção de lucros (b)

31/12/2022

13.589

31/12/2021

12.280

a) Reserva de lucros - legal:

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social.

b) Reserva de lucros:

A reserva de retenção de lucros tem como objetivo principal atender aos planos de investimentos previstos em orçamento de capital para expansão da capacidade de geração direcionada para os empreendimentos. O orçamento de capital foi aprovado em AGO. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía o montante de R\$ 27.683.

20. RECEITAS OPERACIONAIS

Receita operacional bruta

31/12/2022

38.231

31/12/2021

29.028

Total de receita bruta

31/12/2022

38.231

31/12/2021

29.028

Deduções à receita operacional

31/12/2022

-(1.395)

31/12/2021

-(1.060)

PIS/COFINS

31/12/2022

-(1.395)

31/12/2021

-(1.060)

Total de deduções

31/12/2022

-(1.395)

31/12/2021

-(1.060)

Total

31/12/2022

36.836

31/12/2021

27.968

MWh comercializado (não auditado)

31/12/2022

121

31/12/2021

112

(a) Conforme despacho ANEEL nº 2.084, o Parque Eólico Aventura II iniciou sua operação comercial em 08 de julho de 2021.

21. GASTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Custo do serviço

31/12/2022

2.094

31/12/2021

1.540

Com energia elétrica

31/12/2022

597

31/12/2021

867

Encargos de uso da rede elétrica

31/12/2022

-

31/12/2021

-(304)

Energia comprada para revenda

31/12/2022

-

31/12/2021

-(304)

Energia comprada para revenda entre partes relacionadas

31/12/2022

-(2.691)

31/12/2021

-(2.711)

Com a operação e manutenção

31/12/2022

1.939

31/12/2021

1.229

Serviços de terceiros e materiais

31/12/2022

508

31/12/2021

346

Compartilhamento de custos

31/12/2022

3.837

31/12/2021

1.927

Depreciação

31/12/2022

84

31/12/2021

57

Seguros

31/12/2022

27

31/12/2021

-

Despesas tributárias

31/12/2022

397

31/12/2021

237

Outras despesas partes relacionadas

31/12/2022

505

31/12/2021

459

Aluguéis e arrendamentos

31/12/2022

-(7.296)

31/12/2021

-(4.255)

Despesas gerais

31/12/2022

32

31/12/2021

82

Serviços de terceiros e materiais

31/12/2022

22

31/12/2021

15

Doações

31/12/2022

358

31/12/2021

84

Outras despesas administrativas

31/12/2022

412

31/12/2021

181

Total

31/12/2022

-(10.399)

31/12/2021

-(7.147)

22. RESULTADO FINANCEIRO

Receitas financeiras

31/12/2022

431

31/12/2021

195

Renda de aplicações financeiras

31/12/2022

3

31/12/2021

100

Juros recebidos

31/12/2022

-

31/12/2021

43

Total de receitas financeiras

31/12/2022

431

31/12/2021

295

Despesas financeiras

31/12/2022

5.862

31/12/2021

2.438

Encargos de dívidas

31/12/2022

486

31/12/2021

23

Comissões sobre financiamento

31/12/2022

-(54)

31/12/2021

-(23)

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração assegura que a gestão de risco é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração, e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que as atualizações das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

24.1 Classificação dos instrumentos financeiros:

As classificações dos ativos e passivos financeiros e as políticas utilizadas pela Companhia para classificação, reconhecimento e mensuração estão divulgadas na nota explicativa 5.

Nota

Categoria

Níveis

31/12/2022

31/12/2021

Ativos financeiros

Circulante

Caixa e equivalentes de caixa

Concessionárias

Adiantamento a fornecedores

Despesas antecipadas

Não circulante

Partes relacionadas

Concessionárias

7

8

13

14

10

8

Custo amortizado

Custo amortizado

Custo amortizado

Custo amortizado

Custo amortizado

Custo amortizado

Nível 2

Nível 1

Nível 1

Nível 1

Nível 1

Nível 1

12.218

3.322

151

31

65

2.152

5.016

3.747

192

41

137

1.519

Passivos financeiros

Circulante

Fornecedores

Partes relacionadas

Empréstimos e financiamentos

Não circulante

Empréstimos e financiamentos

Provisões

16

10

17

18

17

18

Custo amortizado

Custo amortizado

Custo amortizado

Custo amortizado

Custo amortizado

Custo amortizado

Nível 1

Nível 1

Nível 2

Nível 2

Nível 2

Nível 2

4.770

4.530

2.674

73.035

486

85.495

11.481

29.217

5.051

55.768

603

76.996

24.2 Mensuração a valor justo:

Valorizados com instrumentos financeiros com as mesmas características no mercado, tiveram o valor de mercado determinado com base no fluxo de caixa descontado, utilizando-se projeções de taxa de juros disponíveis. Os empréstimos e financiamentos do BNB, não foi marcado a mercado por se trata de instrumento financeiro com característica exclusiva (sem correspondentes no mercado):

Valor Contábil

Valor justo

75.709

75.709

75.709

75.709

24.3 Risco de mercado:

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociados no mercado. Essas flutuações geram impacto praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de risco financeiros. O empréstimo e financiamento captado pela Companhia apresentado na nota explicativa nº 17 tem como contraparte o agente Banco do Nordeste (BNB). As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui risco de mercado associado à IPCA e ao CDI. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que se houver aumento da inflação e da taxa SELIC, poderemos ter um custo maior na realização dessas operações. Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da Companhia e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros:

A Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de ilustrar sua sensibilidade à mudança em variáveis de mercado, supondo: Cenário I: estabilidade das taxas de juros e os respectivos indexadores anuais apurados na data base 31 de dezembro de 2022 (CDI 13,65% a.a.; IPCA 5,79% a.a.); Cenário II: redução / elevação do índice em 25%; e Cenário III: redução / elevação do índice em 50%. A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação desses cenários no resultado financeiro da Companhia para os próximos 12 meses seria a seguinte:

Indexante

Exposição

Cenário I

Cenário II

Cenário III

Ativo financeiro

Caixa e equivalentes de caixa

Cauções e depósitos vinculados

Total de ativos financeiros

CFI

FI

4.152

2.000

2.152

457

278

179

457

348

224

572

418

268

686

Passivo financeiro

Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos

Total de passivos financeiros

IPCA+2,57%

IPCA+2,57%

IPCA+2,57%

IPCA+2,57%

(2.413)

(261)

(73.397)

-(76.072)

(202)

(22)

(6.136)

-(6.360)

(252)

(627)

(7.670)

-(9.539)

(303)

(93)

(9.204)

-(9.539)

(4.152)

(6.360)

-(7.949)

-(9.539)

(457)

572

686

8.853

24.4 Risco de liquidez:

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos e financiamentos captados na Companhia são apresentadas na nota explicativa nº 17. A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas. "Covenants" são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingressos de recursos. O não cumprimento dos "covenants" impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos "covenants" quantitativos por contrato aparecem descritos individualmente na nota explicativa nº 17. Até 31 de dezembro de 2022 todos os "covenants" quantitativos e qualitativos das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude, exceto a obrigação de manter um saldo mínimo em reserva especial, motivo pelo qual poderíamos sofrer algumas das dividas mínimas obrigatórias a seus controladores. Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 7) e Caução e depósitos vinculados (nota explicativa nº 11). A Companhia em 31 de dezembro de 2022 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata. Além do controle de "covenants" atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (nota explicativa nº 26) para as rubricas de Empréstimos e financiamentos. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento. A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para a rubrica de "Empréstimos e financiamentos" está considerado o fluxo de caixa projetado. As informações na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Valor contábil

Total

Até 1 ano

Entre 1 e 2 anos

Entre 2 a 5 anos

Acima de 5 anos

Passivos financeiros

Fornecedores

Partes relacionadas

Empréstimos e financiamentos

Provisões

Total

4.787

4.594

75.709

486

85.575

4.787

-

63.771

13.906

82.464

4.787

-

4.806

2.418

9.593

-

-

-

-

2.418

-

-

8.440

-

8.440

-

-

48.106

13.906

62.014

24.5 Risco de crédito:

O risco de crédito compreende a possibilidade de a Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalente de caixa e Caução e depósitos vinculados. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data de 31 de dezembro de 2022 é:

31/12/2022

31/12/2021

12.218

5.016

3.322

3.747

2.152

1.519

17.692

10.282

Caixa e equivalente de caixa

Concessionárias

Cauções e depósitos vinculados

Total

12.218

3.322

2.152

17.692

5.016

3.747

1.519

10.282

No setor de energia elétrica, as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura, planejamos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros. Esse mecanismo assegura confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais. Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos, visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias de Portugal, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

24.6 Riscos regulatórios:

As atividades da Companhia e regulamentada e fiscalizada pela agência reguladora (ANEEL) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE, ONS etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre sua atividade. As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias de Portugal, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com rating do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

24.7 Riscos ambientais:

Os parques eólicos estão expostos a fatores climáticos, esses fatores podem trazer variação na potência do vento, gerando assim o risco de não atendimento do que está determinado no contrato de venda de energia e há a possibilidade de comprometer as receitas futuras da Companhia. A Companhia possui em seus contratos de autorização de geração de energia eólica, cláusulas com as seguintes características: (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física pré-estabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais; (iii) a CCEE realiza apurações anuais comparando a geração alocada ao contrato versus o montante contratado, conforme segue.

Cenários Geração x Montante Contrato Resultados

1

2

3

Abaixo de 90%

Entre 90% a 100%

Acima de 100%

1

2

3

4.975

472

21

4.975

472

21

5.463

5.468

5.468

25. COMPROMISSOS CONTRATUAIS E GARANTIAS

25.1 Compromissos contratuais:

Em 31 de dezembro de 2022, os compromissos de compras (que não estão registrados nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

Obrações de compras

Total

4.975

4.975

472

472

21

21

-

-

5.463

5.468

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o curso normal da construção do parque eólico.

25.1.1 Obrigação de compra:

As obrigações de compra incluem essencialmente os contratos de prestação de serviço e de compra de peças dos aerogeradores para manutenção do Parque, além dos contratos relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia.

Compromisso associado ao contrato de comercialização de energia no ambiente regulado:

A Companhia assinou contratos de comercialização de energia no ambiente regulado com diversos distribuidores de energia. Tais contratos têm prazo de vigência de 1º de janeiro 2022 a 31 de dezembro 2024.

26. GARANTIAS

Tipos de garantias oferecida

31/12/2022

31/12/2021

Depósito Caução (nota 12)

2.152

1.519

Penhor de ações (a)

76

60

Fiança bancária (b)

-

68

(a) Penhor de Ações: Conforme contrato de penhor dos direitos emergentes firmado entre o agente financiador e as controladas, neste caso beneficiárias, para assegurar o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimos e financiamentos, foi dado em garantia todas as ações representativas do capital social das controladas, durante a vigência do contrato. A responsabilidade final das ações dadas como garantia em sua totalidade pertence à Companhia. (b) Fiança Bancária: é um contrato por meio do qual a instituição financeira, que é a fiadora, garante o cumprimento da obrigação de seus clientes (afiandados) e poderá ser concedido em diversas modalidades de operações e em operações ligadas ao comércio internacional. A fiança nada mais é do que uma obrigação escrita, acessória, assumida pela instituição financeira. O saldo de Fiança Bancária refere-se ao contrato de uso do sistema de distribuição e transmissão.

27. COBERTURA DE SEGUROS - NÃO AUDITADO

A Companhia tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, controlar no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por meio de contratos de seguro de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos materiais, cobertura de danos